



T2A02

ATELIER DE TEORIA DA CIDADE: NOVAS PRÁXIS EDUCATIVAS AOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO

Prof. Dr. José Oswaldo Soares de Oliveira,
Brasil, Universidade de Taubaté – Departamento de Arquitetura,
Grupo Ambiente Construído, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

Prof. Dr. Paulo Romano Reschilian,
Brasil, Universidade de Taubaté – Departamento de Arquitetura
Núcleo de Estudos em Políticas Sociais, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

SUMÁRIO:

O presente trabalho relata a experiência em desenvolver um aprendizado em Fundamentos Sócio-Econômicos da Arquitetura Urbana junto a Departamento de Arquitetura da Universidade de Taubaté.

Destaca-se o estabelecimento de dinâmicas didáticas pautadas por exercícios seqüenciais orientados pelos professores em Atelier de Aula (assim, como se desenvolvem na seqüência das disciplinas projetuais). Instigam-se os alunos a investigarem temas, a priori, apresentados em sua expressão cotidiana, próxima ao senso comum. A partir da questão, por exemplo: Porque existem favelas (moradias precárias) no Brasil? busca-se chegar a essência de sua

compreensão teórica, no caso, sob a óptica da produção sócio-econômica da urbanização. Parte-se das respostas iniciais dos alunos para aprofundar a temática, apoiando-se em exercícios do domínio da produção textual para apreender e em parte, vivenciar em Atelier o papel do espaço na história e na contemporaneidade como instância da sociedade. Das indagações iniciais, outras vão sendo estabelecidas pelos professores, buscando levantar e aprofundar os temas a partir de categorias analíticas comuns à Teoria da Urbanização, por exemplo, como os relacionados ao papel do Estado no Brasil ou o das elites, ou ainda, aos relativos a estratificação econômica e ao papel



da especulação imobiliária. Com estas atividades objetiva-se possibilitar aos estudantes, a construção de um instrumental teórico para compreender o espaço como produção da sociedade e; assim, poder redimensionar o papel do arquiteto e urbanista nos processos que condicionam e/ou determinam a organização espacial. Em suma, a compreensão do processo de produção do espaço, sua apreensão teórica, poderá contribuir para uma efetiva participação dos arquitetos e urbanistas, atuando de modo mais incisivo na organização do espaço da sociedade. A presente tentativa de se criar o Atelier de Teoria da Cidade está visando a construção de uma pedagogia que se aproxime mais do perfil destes estudantes de arquitetura e urbanismo. Visa criar novas dinâmicas, as quais possam evitar o caráter por vezes efêmero dos esforços de aprendizados. De fato, almeja-se, sem perder a profundidade do conhecimento

teórico, desenvolver uma didática a qual possibilite incorporar a teoria de modo mais consistente à práxis no exercício dos arquitetos e urbanistas. Tarefa em curso, com inúmeros desafios à frente, mas também alguns alentos.

ATELIER DE TEORIA DA CIDADE: OS FUNDAMENTOS DE FUNDAMENTOS

A Universidade de Taubaté, localizada na cidade de Taubaté é uma autarquia municipal, portanto uma instituição pública, em parte subvencionada por aportes públicos e também, por recursos de mensalidades dos estudantes. Nesta importante instituição brasileira, com 30 de atuação na Região do Vale do Paraíba, entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, encontram-se dezenas cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, destacando-se o Curso de Arquitetura e Urbanismo, no qual



atuamos como professores e pesquisadores.

Neste quadro institucional, o Curso de Arquitetura e Urbanismo, ao longo da sua constituição desde 1978, vem-se pautando por um debate no que tange a sua forma de organização. No caso, destacando o seu perfil junto à sociedade e ao Estado (grau de engajamento quanto às demandas sociais e institucionais) e à economia de mercado (grau de atendimento a livre iniciativa). Paralelamente a esses debates, outros estiverem presentes para se estruturar o projeto pedagógico, sobretudo no que tange a organização do curso pelos eixos horizontal (por ano letivo), eixos verticais (relativos à cada sequência, projeto, teoria e tecnologia) e ainda, pelos chamados eixos transversais, (tentativas de discussão tanto por ano letivo como pela sequência, associados também ao perfil inicialmente referido (peso das demandas sociais ou da economia de mercado).

O Curso de Arquitetura e Urbanismo está constituído, desde sua origem, pelo clássico tripé das sequências de Teoria e História, Projeto e Tecnologia. Ao longo destes anos, as disciplinas vêm se constituindo com certa autonomia junto à grade curricular. Em que pesem as discussões coletivas no Departamento de Arquitetura, as disciplinas vem sendo formuladas a partir de um quadro de ementas também estabelecido em consonância com as Diretrizes Curriculares, aprovadas no plano nacional em 1994, fruto das discussões promovidas no âmbito da ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo) e, em última instância, receberam o aval do Ministério da Educação brasileiro, definindo as bases para a organização do ensino de arquitetura e urbanismo, necessárias para o reconhecimento do exercício profissional em todo território nacional.



Cabe ressaltar, que discutia-se desde 1978, a alteração do currículo em Arquitetura e Urbanismo e que, nesse contexto, a área de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, antecipa-se às próprias diretrizes da Graduação superior, lançadas em 1997, propondo Diretrizes Curriculares, substituindo e ampliando a abordagem do currículo mínimo então vigente no Brasil.

No âmbito da extensão e diversidade do território do país, há uma amplitude de abordagens do desenvolvimento do ementário, inclusive, recomendadas para se dar conta das realidades regionais diversas. Neste quadro, o presente texto pretende destacar o papel da disciplina Fundamentos Sócio-Econômicos da Arquitetura Urbana, presente no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Taubaté.

De um lado, trata-se de uma disciplina, a qual cabe abranger, em parte, a própria realidade brasileira, bem como, de como esta realidade vem sendo historicamente produzida e, por outro lado, estabelecem-se os fundamentos sócio-econômicos do próprio processo de produção da arquitetura.

Uma primeira questão já se apresenta no âmbito da discussão apontada junto ao Departamento de Arquitetura da Universidade de Taubaté, bem como a parcela de outras escolas. A qual arquitetura deve-se levantar, conhecer, e estudar os fundamentos sócio-econômicos? Deve-se voltar a uma arquitetura estritamente produzida pelos arquitetos e urbanistas em suas práticas? Ou, se deve voltar para a produção do conjunto da arquitetura produzida socialmente no país, considerando-se a pluralidade de seus agentes sociais?



Uma primeira observação é necessária: na visão destes professores e pesquisadores, busca-se compreender e desenvolver uma aprendizagem voltada para o conjunto de toda a produção arquitetônica. A questão é: como se pode determinar este estágio de produção da arquitetura no país? E outra também vem à debate: no caso, no conjunto deste processo de produção, qual seria o grau de abordagem necessária para destacar mais especificamente a arquitetura produzida pelos arquitetos e urbanistas?

De antemão, necessário explicitar: não se busca minimizar a relevância do trabalho dos arquitetos, o qual os professores também se vinculam como profissionais. Em qualquer obra, pública ou privada, voltada às instituições, à sociedade, ou à economia de mercado, sempre é possível identificar e compreender os seus fundamentos sócio-econômicos.

Aqui, portanto, é importante destacar os próprios fundamentos da disciplina de Fundamentos Sócio-Econômicos da Arquitetura Urbana desenvolvida na Universidade de Taubaté. Partem os professores de uma visão prospectiva para o exercício da arquitetura no Brasil. Trata-se, assim, de uma disciplina que se funda no pro-jecto de um desenvolvimento para o país.

Em outras palavras, o exercício da arquitetura é compreendido a partir de um desenvolvimento o qual só será efetivo a partir de que toda a sociedade possa ter acesso a uma arquitetura qualitativa. Mais precisamente, busca-se um exercício na graduação que permita aos estudantes pensar e atuar sobre uma demanda por trabalhos de arquitetos em potencial. Atualmente, o trabalho, efetivo, dos arquitetos no Brasil abrange uma pequena parcela da sociedade, praticamente, à pequena parcela com rendimentos econômicos acima de 20 salários mínimos,



quando muito atinge a parcela de 10 salários mínimos. Isto, representa, um exercício restrito a 5% das obras executadas no país.

Implica-se, assim, em compreender os entraves ao pleno exercício dos arquitetos brasileiros, os quais estão distantes em atender, de fato, o conjunto das demandas sociais. Aqui não se trata de reconhecer as ações dos arquitetos e urbanistas no campo social, por sinal, com obras significativas ao longo de diversas gerações durante o século vinte. Mas, sim compreender o pequeno alcance destas obras emblemáticas à sociedade e às Políticas Sociais. Por exemplo, obra como o Conjunto do Pedregulho, do arquiteto Reidy, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, nos anos trinta. Ou então, a obra da arquiteta Lina Bo Bardi, expressa pela revitalização do Pelourinho na Bahia, pautada pela diretriz que buscou conciliar moradia e trabalho na área do centro histórico de Salvador, BA. Exemplos eloquentes e

tantos outros no tocante à moradia, registrados na tese de doutoramento de Rubano. (FAUUSP, 2001)

São referências significativas à história da Arquitetura e do Urbanismo, fundamentos de como se pode pensar e atuar no desenvolvimento no país. Contudo, são exemplos emblemáticos e não a desejável tônica da própria produção arquitetônica e longe ainda de representar o conjunto da produção existente no país, no caso, pautada por moradias e obras auto-construídas, comumente com materiais precários, edificadas a base do improvisado e da urgência, sem planos, reproduzindo este perfil para o espaço dos acessos e usos coletivos das favelas e bairros populares das cidades.

Diante deste quadro, de auto-construção de grande parte de nossas cidades, de sua precariedade material, da ausência de equipamentos públicos, sem falar na



deficiência da infra-estrutura urbana: ausência de calçamento, de água potável, esgoto, iluminação, telefonia... gerou-se um padrão de moradia e urbanidade, notoriamente, pautado pela segregação entre áreas, de um lado, as das elites econômicas e de classes médias dotadas de um padrão de primeiro mundo e, de outro lado, a expressão material da realidade dos países do terceiro mundo, abarcando a maioria da população da base da pirâmide social, representada por mais de 80% dos brasileiros, com sua renda aquém a 3 salários mínimos.

Compreender esta realidade da produção social das cidades brasileiras. Sensibilizar os estudantes ao exercício de uma cidadania responsável e prospectiva para o desenvolvimento brasileiro. Despertar uma visão de polis, da vida urbana coletiva, uma dimensão de que “nós moramos e vivemos na cidade. Estas premissas vem constituindo parte substancial dos fundamentos de

nossa disciplina de Fundamentos Sócio-econômicos da Arquitetura Urbana.

Importante registrar: independente de quadrantes analíticos e perspectivas políticas dos colegas atuantes ao longo das décadas em que a disciplina compõe o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Taubaté, sempre os conteúdos estiveram associados a uma visão prospectiva do desenvolvimento nacional e comprometidos com uma visão humanista universal.

Esta perspectiva implica em compreender a própria urbanização contemporânea, no caso do Brasil, compreender a crise sócio-urbana contemporânea e suas origens históricas. Esta perspectiva de compreender a urbanização pode nos propiciar subsídios, bem como, delinear instrumentos políticos e teóricos para interferirmos no planejamento e no projeto do país,



mediante o fomento de uma arquitetura e um desenvolvimento urbanístico voltado ao conjunto da sociedade, portanto, em Políticas Sociais no plano nacional.

Isto posto, pode parecer óbvio àqueles envolvidos no tema de modo crítico. Contudo, esta perspectiva requer, uma visão do curso de fundamentos de arquitetura e urbanismo, pressupostos além dos quadrantes da economia do livre mercado. O que não implica em negligenciar seu papel dominante na estruturação da sociedade brasileira e negar as possibilidades de sua regulação para cumprir papel relevante ao atendimento de demandas sociais.

Este esforço do Curso de Fundamentos implica em sensibilizar o coletivo dos alunos, em geral, egressos desta cultura de mercado e a esta, de imediato, vinculados enquanto expectativas futuras de atuação. Um dado revelado deste

perfil verifica-se nas pesquisas juntos aos estudantes; em geral, de modo espontâneo, quando indagados nas disciplinas em que atuamos, em média, 70% buscam o curso de arquitetura e urbanismo numa expectativa de atuarem na área do edifício arquitetônico, sem associá-la à produção da cidade. Muitos vêm tomar contato com a existência da temática de “urbanismo” na própria escola. Estes dados revelam a própria cultura sobre a arquitetura promovida pela mídia, a qual a obra arquitetônica moderna e contemporânea, em geral, apresenta-se, muito mais, como uma distinção de status e diferenciação social às elites brasileiras e às suas principais instituições.

A visão da cidade como um todo, o compromisso e a dimensão de “de morar e viver na cidade e de exercer a cidadania” ficam sensivelmente prejudicadas. Portanto, a tendência dos estudantes é buscar o destaque de seu trabalho em arquitetura e na



mídia, como parte de uma possível projeção social junto ao mercado.

Neste contexto, encontramos-nos para atuar no ensino de fundamentos sócio-econômicos da arquitetura urbana junto a Universidade de Taubaté. Da experiência docente junto a outras Universidades no Estado de São Paulo: Universidade do Vale do Paraíba, Anhembimorumbi, Universidade Paulista, campus Bacelar, São José dos Campos, Alphaville, Universidade Mogi das Cruzes e Universidade Brás Cuba, dentre outras, sabe-se que este quadro também revela o cotidiano destas e de outras escolas de arquitetura brasileira, sobretudo expressivos nas instituições privadas.

Outro dado a ponderar refere-se ao papel desta própria disciplina no quadro das matérias eletivas. Por tradição, a sequência de projeto e urbanismo é compreendida como formada pelas disciplinas da síntese. Em que pese a relevância e inclusive

a pertinência desta visão, esta compreensão é defendida, por vezes, independentemente da qualidade das sínteses propostas bem como das dinâmicas desenvolvidas. Como se, a priori, o compromisso prospectivo estivesse assegurado na própria sequência de projeto e urbanismo. E por outro lado, como se a sequência de teoria e histórica constituísse num segundo plano à possibilidade do pensamento prospectivo. Sobretudo no tocante aos *fundamentos*, há quem distorça um programa voltado à compreensão do processo de produção arquitetônica e urbana sob à perspectiva de um compromisso de promover um ambiente arquitetônico-urbano qualitativo à toda sociedade, confundido este programa com as atividades de um assistencialismo social. Portanto, pressupondo um papel menor a estes esforços acadêmicos. Esclarecimentos necessários, os autores estão também vinculados a sequência de urbanismo e planejamento, portanto, a ênfase almejada está relacionada a



síntese voltada ao pensamento prospectivo do país, independente da sequência.

ATELIER DE TEORIA DA CIDADE: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Num quadro, por vezes, permeado por estereotipo, como sensibilizar os alunos para esta proposta de abordagem de Fundamentos ? Neste ano letivo propôs-se iniciar a disciplina a partir de perguntas simples, as quais realizamos no quotidiano. Por exemplo: porque existem as favelas (moradias precárias) nas cidades brasileiras? Trata-se de uma questão próxima ao senso comum da população. A partir de uma questão-tema, incentivou-se os alunos a desenvolverem as redações, apontando as explicações sobre a própria resposta à pergunta.

A proposta foi, portanto, observar o estágio de compreensão, de visão de mundo dos alunos sobre a questão, antes de um desenvolvimento do

tema pelos docentes. Após as redações dos alunos, os professores foram lendo e já sistematizando as idéias chaves destas respostas, organizando-as em lousa, para, em seguida, desenvolverem estes conteúdos. O coletivo dos alunos, em linhas gerais, associou a urbanização precária à perversa distribuição de rendimentos sócio-econômicos no país. No caso do Brasil, trata-se da terceira maior concentração de renda econômica de dos países do mundo.

Ao lado destas relações, outras importantes foram desenvolvidas pelos alunos, por exemplo, os problemas relacionados ao acesso social à tecnologia, bem como ao seu próprio desenvolvimento; o acesso precário à educação e à cultura, também foi apontado como um impeditivo de novos horizontes à transformação da realidade; como também, à presença de corrupção na sociedade política brasileira (isto, antes da atual crise brasileira, evidenciando sua origem histórica).



As respostas desenvolvidas individualmente e também em equipes, contribuíram para estabelecer um rico quadro de tópicos para as análises. Neste caso, os professores sistematizaram os temas, de certo modo, ordenando e concatenando-os para sua compreensão e aprofundamentos. Voltaremos aos desdobramentos dos exercícios a seguir.

Quais as dificuldades encontradas neste exercício. Primeiro, a proposta foi de um Atelier de Teoria, em equivalente ao Atelier de Projeto. Ao início, uma certa perplexidade, houve uma certa inércia inicial dos estudantes. Como Atelier, optou-se por estimular os estudantes, apontando as atividades como parte de avaliação mediante atribuição de conceitos (notas) como complementar a avaliação bimestral.

Outras dificuldades reportam-se a própria composição dos perfis dos

alunos. A grosso modo, neste segundo ano letivo, como parcela dos estudantes, talvez próximo a 1/3, ainda não necessariamente se engajaram no aprendizado do curso de arquitetura e urbanismo como um todo. Esta parcela identifica-se, ou pode ser identificada, como um segmento “aprendiz flutuante”, portanto, o trabalho em Atelier nem sempre os estimula, pois pressupõe uma presença em sala para desenvolver os trabalhos e atividades em sala. Neste sentido, esta parcela resistiu às atividades do Atelier, ao compromisso o qual exigia para se aprender.

Por outro lado, outra parcela significativa dos alunos viu-se contemplada e valorizada nas propostas de Atelier de Teoria, pois de certo modo, estariam “produzindo teorias”. Esta parcela pode ser identificada a um outro 1/3 dos estudantes, com papel mais ativo, e, o outro 1/3 como papel de aceitação,



ainda que com certa perplexidade diante das propostas.

Do ponto de vista teórico, a disciplina pretendia - e busca ainda – abordar as questões sobre a crise sócio urbana contemporânea para num segundo estágio, aprofundá-las sob a perspectivas históricas. Isto revelou-nos algumas outras dificuldades, as dificuldades presentes na redação dos alunos, dificuldades em comunicar as idéias. Entre o que se compreende, a própria visão pessoal e o segundo momento de um Atelier, a visão crítica sobre a realidade, discutida e aprofundada, inclusive diante de leitura de textos.

No desenvolvimento do Atelier ficou evidente tanto o perfil intelectual dos estudantes e seu papel e motivação junto ao curso de arquitetura de arquitetura e urbanismo.

Uma parcela conseguiu avançar na elaboração sobre a compreensão da realidade de formação e existência

das favelas articulando-a com uma visão crítica da estrutura sócio-econômica brasileira, apreendendo-a tanto das contribuições dos colegas, como dos aprofundamentos teóricos dos professores, como ainda a partir de leitura de textos e dos novos ateliers desdobrados.

Contudo, uma outra parcela, praticamente manteve as mesmas falas iniciais, revelando um alheamento ao próprio Atelier. E inclusive, alegando legitimidade em emitir a opinião pessoal, em detrimento de todo o trabalho realizado no plano coletivo discente, das abordagens teóricas dos professores e mesmo dos argumentos desenvolvidos nos textos.

Mas é relevante ressaltar: este quadro no tocante ao envolvimento dos alunos, maior ou menor engajamento e inclusive o grau de motivação ou mesmo de resistência, foi importante às dinâmicas das



aulas, pois estas trouxeram à cena pública, levando os estudantes a se expressarem e posicionarem. Estas discussões desenvolveram intra-sala, com os professores favorecendo-as e estimulando o plano do diálogo, como parte intrínseca para se pensar os Fundamentos de modo prospectivo. Este diálogo transbordou para além sala, revelando aspectos latentes dos diversos compromissos com a vida acadêmica, como vem se relatando.

ATELIER DE TEORIA DA CIDADE: CONTEXTO E DESDOBRAMENTOS

A proposição deste Atelier de Teoria da Cidade emergiu das preocupações e reflexões destes docentes no que tange as dificuldades encontradas no ensino de teorias na vida universitária. No caso, a abordagem de questões complexas e áridas da nossa realidade brasileira é um desafio aos professores, sobretudo, quando se depara com novas gerações, em parte, oriundas de universo cultural que nem sempre valoriza o âmbito da

reflexão e o exercício da cidadania. Ao longo destes anos, estes docentes vem-se esforçando para buscar novas dimensões do aprendizado ensaiando novas experiências e práticas pedagógicas participativas.

Este Atelier de Teoria da Cidade foi proposto para integrar-se a um projeto pedagógico do Departamento, no qual cada ano letivo desenvolve um eixo temático, sobre qual todas as disciplinas, com suas especificidades, voltam-se para um exercício de Trabalho Síntese. Isto é, contribuem para a elaboração de único trabalho temático por cada equipe, durante o segundo semestre letivo, o que está em andamento neste período.

A contribuição da disciplina de Fundamentos, como já se apontou, é possibilitar aos estudantes subsídios para tanto compreender a realidade como também, aventar no plano propositivo novas hipóteses para sua organização sócio-espacial.



O Plano de Ensino

Dentro deste escopo foi desenvolvido o Plano de Ensino, portanto cabe destacar a sua estrutura e os seus conteúdos essenciais. O Plano de ensino de Fundamentos Sócio-econômicos da Arquitetura Urbana prevê o desenvolvimento da disciplina em dois semestre letivos, com uma carga horária total de 136 horas, com 4 horas/aulas por semana, incluindo atividades teóricas e práticas nesta grade e, totalizando uma média de 17 dias letivos por semestre.

O Objetivo da disciplina principal da disciplina consistem em: *Desenvolver* as relações existentes e possíveis, entre a organização social do trabalho vigente nas sociedades urbanizadas e os agenciamentos dos territórios almejados e necessários para um desenvolvimento social igualitário e sustentável do habitat. Somam-se a este principal, outros objetivos específicos. Primeiro, destaca-se: *propiciar* subsídios

teóricos para a compreensão do processo histórico de modernização econômico-industrial e os seus desdobramentos no processo de urbanização, com ênfases nas origens da Revolução Industrial; em aspectos da industrialização e urbanização brasileira, e, sobretudo, com destaque ao atual processo de globalização econômica e as novas formas de configurações do território. E o segundo objetivo específico: *propiciar* subsídios teóricos e empíricos para a atuação projetual no campo da arquitetura e especialmente, nas áreas de urbanismo e planejamento, mediante a exposição e pesquisas sobre as relações intrínsecas entre a organização socioeconômica do trabalho sob a égide do capitalismo vigente e as possibilidades de mudanças para o agenciamento espacial voltado a sociedade.

A ementa da disciplina desdobra-se nos seguintes temas e sub-temas, elencados a seguir por semestres:



Primeiro semestre letivo

1. - O habitat contemporâneo em face da urbanização capitalista.
 - 1.1 - A cidade e o habitat modernos e o contraponto da expansão periférica.
2. - A modernidade como projeto de transformação cultural e urbana.
3. - Do contexto pré-capitalista à revolução industrial.
 - 3.1 - A questão da moradia da classe trabalhadora no século XIX.

Segundo semestre letivo

- 4.- A organização sócio-econômica urbana brasileira.
 - 4.1 - Industrialização e urbanização no Brasil.
 - 4.2 - Industrialização e urbanização no Vale do Paraíba.
5. - Globalização e urbanização: a organização do território e do habitat contemporâneo.
 - 5.1 - A questão do habitat e a sustentabilidade dos assentamentos.
 - 5.2 - Os fundamentos para a organização do habitat.

5.3 - Orientação para o trabalho

Síntese

- 6 - O habitat contemporâneo na periferia do capitalismo.
 - 6.1 - Novos agenciamentos espaciais: realidade e perspectivas.
 - 6.2 - Trabalho síntese – desenvolvimento e aplicação em atelier do conteúdo dos bimestres anteriores
 - 6.3 - Trabalho síntese – avaliação, revisão e reflexões

No que tange aos *procedimentos metodológicos*, às dinâmicas das atividades propostas aos estudantes, a proposição centra-se na compreensão da realidade espacial contemporânea às origens históricas de sua produção sócio-econômica. Como já se apontou, partiu-se de questões comuns, quotidianas para desencadear um processo de reflexão e apreensão dos temas mais complexos, valorizando sempre que possível o trabalho em grupo. Dentre os exercícios: levantamento de questões pelos professores e alunos



sobre a realidade; leitura de textos em sala de aula para debate; leitura de cartografia dos assentamentos humanos relativos à realidade brasileira, metropolitana e regional; debates sobre as questões que implicam nos fundamentos da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, sobressaindo as obras emblemáticas dos arquitetos e urbanistas; trabalhos individuais e em grupos, desdobrando em sistematização coletiva; aulas expositivas pelos docentes dos conceitos fundamentais e idéias-chave da literatura estudada; e identificação dos fundamentos do desenho do habitat e do processo de urbanização.

As dinâmicas do Atelier

A seguir destaca-se o desenvolvimento do Atelier de Teoria da Cidade, sobretudo destacando atividades realizadas durante o primeiro semestre.

primeiro semestre letivo

O primeiro semestre iniciou-se com questões formuladas pelos professores, num crescente de assuntos: a partir da moradia precária, passou-se a discussão da segregação sócio-urbana, destacando a relação centro-periferia, posteriormente, além de questões, deu-se o aprofundamento de leituras. De questões sobre a realidade contemporânea buscou-se, numa segunda etapa, apoio nos estudos históricos. Dentre outros em Villaça, Spósito, Engels, conforme referências ao final deste teto.

Primeiro, ressaltam-se as questões inicialmente formuladas pelos docentes, bem como as que sucederam, sejam para o exercício individual ou em equipe, e mesmo, depois, coletivamente.



as questões formuladas pelos professores

- 1) Por que existem favelas (moradias precárias) nas cidades brasileiras?
- 2) Procure descrever as características da(s) área(s) central(is) das cidades e das áreas periféricas, quanto aos equipamentos públicos e tipos de construção predominantes?
- 3) Quais as soluções que vocês conhecem para enfrentarmos “o problema da moradia precária”?
- 4) Quais as soluções que vocês conhecem para pensar, propor e construir uma cidade para superarmos a divisão centro/periferia ?
- 5) Qual o papel dos estudantes e dos arquitetos na qualificação do espaço da moradia e do espaço urbano? Eles tem algum papel ?

A seguir, destacam-se as questões já desdobradas, de certo modo, das levantadas anteriormente, assim como fruto de trabalho de

sistematização de textos já produzidos em Atelier:

Questão Individual:

- 1) O que são favelas ? Como podemos caracterizá-las? Como elas se estabelecem nas cidades? Porque elas existem?

Questão em Equipes

- 2) Considerando o atual estágio de desenvolvimento tecnológico (tecnologia de ponta) alcançado pelas sociedades, inclusive a Brasileira, como se explica a precariedade material presente em nossas cidades?

Questão Individual

Considerando a forma pela qual a renda e a sua atual distribuição na sociedade brasileira e, também, a partir da análise da leitura da obra de Villaça (1986): “moramos na cidade, mais do que na casa”, então reflita sobre o papel do arquiteto e urbanista e do Estado na organização social do espaço.

Enquanto dinâmica cabe destacar: a proposta de trabalhos docentes



orientando alunos individualmente, em equipe, em dois blocos de equipes de alunos sob orientação de cada professor, uma média de quinze estudantes; e ainda, o trabalho de sistematização em lousa das diversas atividades, bem como retorno dos textos produzidos em sala ou mesmo das atividades extra-sala.

Uma atividade muito importante aconteceu com a proposta de entrevistas com profissionais arquitetos sobre os fundamentos de seu exercício como arquiteto e como cidadão. No caso, desenvolveu-se um roteiro de questões a partir dos trabalhos de todos os alunos em Atelier, destacando o papel dos estudantes e dos arquitetos no âmbito técnico, político e filosófico. Outra atividade deveras significativa, realizada desde 2001, foi a proposta de compreensão da realidade de alguma cidade da região de Taubaté, conhecida como Vale do Paraíba paulista. Esta atividade pressupõe o conhecimento e a organização cartográfica deste para depois

apresentá-la junto a rede escolar pública da cidade escolhida. (atividade em estruturação).

as questões formuladas pelos alunos

Ao longo do semestre letivo, após a abordagem dos textos de Villaça, Engeles e Spósito pelos professores, instigou-se os alunos a formularem as questões individualmente e depois em equipe, seguindo uma dinâmica das equipes dialogarem entre si. O elenco de questões revela, em parte, a abordagem desenvolvida pela disciplina, no caso, a compreensão da crise sócio-urbana contemporânea como inserida no processo histórico. A partir destas questões dos estudantes, os professores sistematizaram a redação, agrupando os conteúdos afins, respeitando a estrutura das indagações formuladas:

Ao sistematizar as dúvidas em trabalho de equipes e também, ao apresentar em lousa, criou-se uma oportunidade para uma equipe



desenvolver as respostas da questão formulada pelos colegas de outra equipe. A partir das respostas, a equipe que formulou se pronunciava sobre a consistência destas, por exemplo, se houve uma compreensão da própria questão, bem como se as respostas contemplavam as expectativas ou necessitavam de complementos. Assim, estudou-se para realizar a segunda avaliação bimestral. A seguir as questões sistematizada destes coletivo.

as questões formuladas pelos alunos

- 1) Como se explica o processo de migração do campo para a cidade?
- 2) Quais as consequências do êxodo rural na vida dos camponeses e no crescimento urbano ?
- 3) Quais as consequências que a Revolução Industrial causou no Brasil, seja na arquitetura, no sistema na arquitetura, no sistema viário e no trabalho?

- 4) Quais as relações entre a industrialização e o processo de urbanização na Inglaterra no século dezanove ? Como foi a adaptação dos camponeses na cidade?
- 5) Devido a industrialização, no XIX, como, hoje, no século XXI, as cidades são afetadas?

Segundo semestre letivo

O presente semestre letivo está atrelado ao Trabalho Síntese desenvolvido junto a essa turma, na 2ª série do curso de arquitetura e urbanismo. O eixo pedagógico tem como temática: o partido na arquitetura e urbanismo “Habitat Coletivo e a Cidade”. O início deste semestre letivo ocorreu com o desenvolvimento da Semana Pedagógica, voltada a todos alunos e professores do curso, destacando a abordagem sobre a metodologia do trabalho em arquitetura e urbanismo. No tocante a disciplina de Fundamentos, buscou-se inicialmente



avaliar o impacto dos conhecimentos desenvolvidos na Semana Pedagógica, relacionando-os ao desenvolvimento dos estudos em arquitetura, enfatizando o percurso metodológico das exposições dos palestrantes.

Questão individual:

Considerando os conteúdos dados em fundamentos e também expostos na semana pedagógica, como podemos desenvolver uma metodologia de intervenção habitacional – arquitetônica e urbanística – na área central de Taubaté, o qual fomenta o processo de requalificação desta região e, assim, venha potencializar o papel da cidade como instância privilegiada de nossa, vida social cultural e política?

Esta questão veio abrir as atividades de Atelier neste semestre. Das reflexões iniciais passou-se a um trabalho de sistematização das possibilidades metodológicas das intervenções habitacionais, elaboradas pelas equipes, em média

formada por quadro estudantes.

Após, apresentarem em lousa, nova sistematização agrupando as atividades de duas equipes e, desta, passando-se para dois blocos de formulação num agrupamento maior de equipes. O desafio é chegar-se a uma sistematização coletiva dos procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos, ou ao menos, considerados como relevantes, para orientar os trabalhos de intervenção habitacional na área central da cidade Taubaté. Paralelo a esta sistematização, novos subsídios teóricos estarão sendo desenvolvidos a partir das referências bibliográficas arroladas a seguir.

Como apontou-se no sumário este Atelier de Teoria da Cidade é uma experiência em desenvolvimento, o parágrafo anterior relata as atividades realizadas nesta data, 15 de agosto de 2005. Ao mesmo tempo realiza-se e se reflete sobre as possibilidades pedagógicas. Ao todo tempo busca acompanhar o grau de motivação e



mesmo de resistência dos alunos, ainda que compondo um grupo menor do total. Sabe-se dos limites presentes, pois a dinâmica do Atelier tende a expor ao plano público os interesses dos estudantes favoráveis ou não. Isto em si, permite um pequeno exercício de cidadania, indispensável para pensar um país prospectivo.

O Atelier vem sendo uma aprendizagem coletiva e, neste sentido, os professores tem muito a agradecer a todos os estudantes, pois exigem a constante revisão de procedimentos e reflexões e rever as possibilidades de comunicação, interação e diálogo com um geração na faixa de vinte anos de idade. Acredita-se que há motivação de parcela considerável da turma, mas não total. Contudo, há uma presença expressiva de uma parcela de alunos para a qual, além de agradecimentos, deposita-se as esperanças de construir novas espacialidades qualitativas no plano arquitetônico e

urbanístico a todo o povo brasileiro país. Este reconhecimento vem sendo renovado aula-a-aula, na esperança que esta chama possa ser sempre ampliada.



Bibliografia

ENGELS. F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1995. (Destaque ao prólogo à edição brasileira, prefácio e introdução).

SPOSITO. M.E. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1997.

MARICATO, E. Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1997.

OLIVEIRA. F. O Estado e o urbano no Brasil. Revista Espaço e Debates. São Paulo Cortez, 1982, nº 6.

OLIVEIRA, J.O.S. A Quem Interessa a Urbanização Clandestina. Estudos sobre Campos do Jordão, Sp. São Carlos: EESC-USP, 1991 (dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, J.O.S. Contribuição ao das Origens da Ideologia do Planejamento Moderno no Brasil: Domingos Jaguaribe e as Propostas dos Núcleos Coloniais: 1874-1900, São Paulo: FAUUSP, 1998.

RESCHILIAN, P.R. Elementos de Construção do Ensino de História da Arquitetura Brasileira e Exemplos de sua Divulgação em São Paulo, 1994-1999. São Paulo: FAUUSP, 1999.

RESCHILIAN, P.R. A Produção de Assentamentos Precários em São José dos Campos: a Favela Nova Tatetuba, um Exemplo para Análise, 2004 (tese de doutoramento)

RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, L. C. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. Revista Espaço e Debates. São Paulo: NERU, 1994, nº 37, pp.77-89.

VILLAÇA. F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986.

MARICATO, Ermínia. Brasil cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. ALVA, E.N. Metrôpoles (in)sustentáveis.



Salvado:

Relume Dumará, 1979